



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

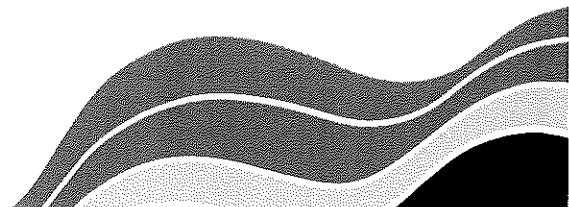
BALANÇO PATRIMONIAL (em reais)			
ATIVO	NE	2021	2020
CIRCULANTE		18.562.457,81	16.067.334,94
Caixa		21.598,80	13.505,52
Bancos Conta Movimento		135.564,54	30.453,58
Bancos Conta Aplicação	2.1	2.183.215,62	1.293.399,47
RAP - Valores a Receber	2.2.a	13.352.364,23	10.894.141,63
Estoques	2.3	2.778.139,43	3.669.043,59
Tributos a Recuperar	2.4	85.475,19	160.691,15
Outros Créditos		6.100,00	6.100,00
NÃO CIRCULANTE		836.082,20	993.879,58
Imobilizado	2.5	2.736.837,16	2.611.816,03
(-) Depreciação	2.5	(1.900.754,96)	(1.617.936,45)
TOTAL DO ATIVO		19.398.540,01	17.061.214,52
PASSIVO		2021	2020
CIRCULANTE		13.903.128,83	10.937.687,72
RAP – Contas a Pagar	2.2.b	13.352.364,23	10.894.141,63
Salários e Encargos Trabalhistas		119.816,70	0,00
Outras Provisões		48.500,00	0,00
Provisão de Férias e os Encargos	2.6	347.963,22	0,00
Obrigações Tributárias		32.970,98	17.744,14
Outras Obrigações		1.513,70	25.801,95
NÃO CIRCULANTE		0,00	100.790,62
Contingências Trabalhistas		0,00	100.790,62
PATRIMONIO LIQUIDO		5.495.411,18	6.022.736,18
Capital Social		10.000.000,00	10.000.000,00
Reservas de Capital		1.233.354,06	1.233.354,06
Lucros (Prejuízos) Acumulados		(5.737.942,88)	(5.210.617,88)
TOTAL DO PASSIVO		19.398.540,01	17.061.214,52

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e devem ser lidas conjuntamente)


Deuzarina Tavares de Andrade
Contadora – CRC AM 12307/0-8


Georgia Isabela Portela Araújo
Diretora de Adm. e Finanças


Michelle Macedo Bessa
Presidente





AMAZONAS


GOVERNO DO ESTADO

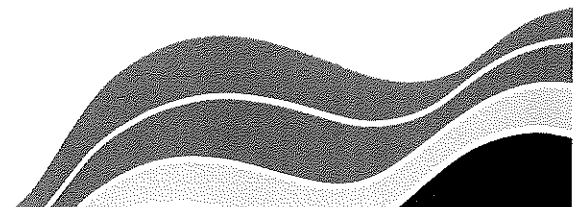
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (em Reais)			
	NE	2021	2020
RECEITAS			
Receitas Operacionais		1.915.936,92	1.560.894,11
Receitas de Serviços	2.8	1.877.080,48	1.543.841,69
Receitas Financeiras		38.856,44	17.052,42
Deduções das Rec. Operacionais		(252.379,70)	(483.861,19)
(-) Tributos sobre Receitas	2.9	(252.379,70)	(483.861,19)
Receitas Orçamentárias		122.587.707,90	75.113.228,61
Transferências Efetivas Recebidas		109.531.481,05	64.104.594,08
RAP - Receitas de RAP - provisão	2.2.c	13.056.226,85	10.894.141,63
Anulação de Passivos		0,00	114.492,90
Outras Receitas Operacionais		43.442,87	24.680,94
Receitas Eventuais		43.442,87	24.680,94
TOTAL DAS RECEITAS		124.294.707,99	76.214.942,47
DESPESAS			
Despesas Operacionais		1.472.544,46	966.271,26
Despesas Administrativas	2.10	959.896,91	688.481,25
Provisões de Férias e os Encargos		347.963,22	0,00
Doações		0,00	40.709,09
Impostos e Taxas Diversas		12.725,35	95.469,18
Despesas Financeiras		10.070,74	10.899,57
Depreciação		141.888,24	130.712,17
Despesas Orçamentárias		122.662.423,28	65.707.398,26
Despesas Trabalhistas	2.11	5.800.738,31	4.828.601,96
Custeio da Atividade Fim	2.12	116.861.684,97	60.878.796,30
Outras Despesas Operacionais		48.066,72	4.096,36
Despesas Eventuais		48.066,72	4.096,36
TOTAL DAS DESPESAS		124.183.034,46	66.677.765,88
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	2.7	111.673,53	9.537.176,59

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e devem ser lidas conjuntamente)


Deuzarina Tavares de Andrade
Contadora – CRC AM 12307/0-8


Georgia Isabela Portela Araújo
Diretora de Adm. e Finanças


Michelle Macedo Bessa
Presidente





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

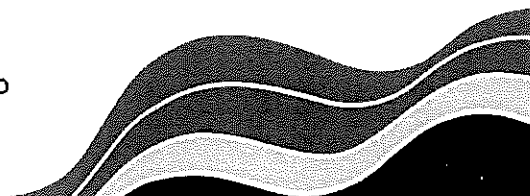
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO (em Reais)				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
31.12.2018 - Saldo	10.000.000,00	1.233.354,06	(15.372.680,77)	(4.139.326,71)
2019 - Ajustes Exerc Ant			(131.332,96)	(131.332,96)
2019 - Lucro			756.219,26	756.219,26
31.12.2019 - Saldo	10.000.000,00	1.233.354,06	(14.747.794,47)	(3.514.440,41)
2020 - Lucro 2020			9.537.176,59	9.537.176,59
31.12.2020 - Saldo	10.000.000,00	1.233.354,06	(5.210.617,88)	6.022.736,18
2021 - Ajustes Exerc Ant	-	-	(638.998,53)	(638.998,53)
2021 - Lucro	-	-	111.673,53	111.673,53
31.12.2021 Saldo	10.000.000,00	1.233.354,06	(5.737.942,88)	5.495.411,18

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e devem ser lidas conjuntamente)


Michelle Macedo Bessa
Presidente


Georgia Isabela Portela Araújo
Diretora de Adm. e Finanças


Deuzarina Tavares de Andrade
Contadora - CRC AM 12307/0-8





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO (Do exercício findo em 31/12/2021 – em Reais)

31/12/2021

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro (prejuízo) do exercício	111.673,53
Ajuste de Exercícios Anteriores	(638.998,53)
Ajuste por depreciação e amortização	<u>282.818,51</u>
Lucro (prejuízo) do exercício após ajustes	a (244.506,49)

(Aumento) redução dos valores do ativo

(Aumento) redução dos valores do ativo	b (1.492.102,48)
RAP – Valores a Receber	(2.458.222,60)
Estoques	890.904,16
Tributos a Recuperar	75.215,96

Aumento (redução) dos valores do passivo

Aumento (redução) dos valores do passivo	c 2.864.650,49
RAP – Contas a Pagar	2.458.222,60
Salários e Encargos Trabalhistas	119.816,70
Outras Provisões	48.500,00
Provisão de Férias e Encargos	347.963,22
Obrigações Tributárias	15.226,84
Outras Obrigações	(24.288,25)
Contingências Trabalhistas	(100.790,62)

Caixa líquido oriundo das atividades operacionais **d=a+b+c 1.128.041,52**

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS


Aplicação em bens permanentes	e (125.021,13)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	d-e <u>1.003.020,39</u>

Caixa e equivalente de caixa - início do exercício 1.337.358,57

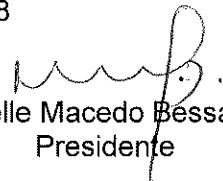
Caixa e equivalente de caixa - final do exercício 2.340.378,96

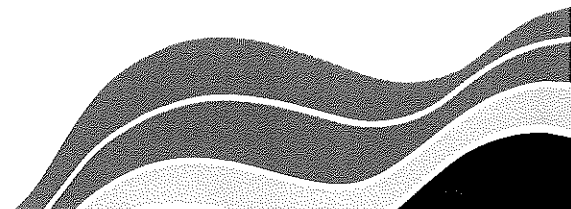
Aumento(redução) de caixa e equivalente de caixa **1.003.020,39**

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e devem ser lidas conjuntamente)


Deuzarina Tavares de Andrade
Contadora – CRC AM 12307/0-8


Georgia Isabela Portela Araújo
Diretora de Adm. e Finanças


Michelle Macedo Bessa
Presidente





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL E TRIBUTÁRIO E AUDITORIA INDEPENDENTE

1.1. Natureza Jurídica: A Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS, criada em 18 de maio de 2007 (Lei Delegada nº 118), é uma empresa pública unipessoal dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujo único titular é o Governo do Estado do Amazonas; está vinculada à Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR).

1.2. Objetivo. A ADS tem o amplo objetivo de implementar e executar a política estadual voltada para: a) O fomento da economia sustentável dos recursos ambientais, florestais, minerais, pesqueiros e agropecuários, dinamizando suas cadeias produtivas; b) Facilitar o comércio dessa produção no mercado consumidor.

1.3. Estrutura Organizacional: Com estatuto social aprovado pelo Dec. 26.747/03.07.2007, a ADS opera com a seguinte estrutura organizacional: **órgãos colegiados** (Conselho de Administração, Conselho Fiscal), **diretoria executiva e sus departamentos** (Presidência, Diretoria de Administração e Finanças, Diretoria de Negócios Florestais, Diretoria de Negócios Agropecuários e Pesqueiros), **órgãos de assistência direta** (Gabinete da Presidência, Procuradoria Jurídica, Assessoria, Comissão Interna de Licitação).

1.4. Manutenção das Operações: A ADS é mantida com orçamento do Estado do Amazonas, cujos valores são apropriados em receitas orçamentárias; e, em menor monta, com receitas próprias oriundas de taxas e comissões.

1.5. Isenção Tributária: A ADS goza de isenção do PIS/PASEP e da COFINS, sobre os recursos oriundos de quaisquer orçamentos públicos (Dec. 4.524/17.12.02, art.45, inciso I).

1.6. Auditoria Independente: As demonstrações contábeis obrigatórias da ADS e as correspondentes notas explicativas, de cada exercício social, são submetidas à auditoria independente consoante a Res. TCE-07/1990, art. 2º, alínea c; a auditoria do exercício 2021 foi contratada com dispensa de licitação em conformidade com a Lei 13.303/2016, art. 29, inciso II.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, adaptadas às peculiaridades da ADS, de forma a espelhar o resultado das suas operações, a sua posição financeira e patrimonial, o seu desempenho operacional e o fluxo de caixa dessas operações, inclusive, quando aplicável, os recursos de outros entes público e de terceiros, mediante convênios.

2.1. Bancos Conta Aplicação – Saldos das aplicações em fundos de curto prazo registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado.

2.2. RAP - Saldos contábeis correlacionados diretamente a RAP:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
• RAP – Valores a receber	13.352.364,23	10.894.141,63
RAP – Restos a Pagar (processados)	(211.20.010) 744.400,39	(410.735,51)
RAP – Restos a Pagar (não processados)	(211.20.011) 12.607.963,84	(10.483.406,12)
• RAP – Contas a Pagar	13.352.364,23	(10.894.141,63)
RAP – Receitas de RAP (provisão)	(421.10.020) 13.056.226,85	10.894.141,63

*Amplio
Indicador*





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Notas referentes aos saldos em 31/12/2021:

- a) RAP – Valores a Receber – Valores efetivos a receber referentes a 2021 **RS13.056.226,85** mais **RS296.137,38** de RAP (Restos a Pagar Processados) remanescentes de 2020.
- b) RAP – Contas a pagar - Valores efetivos a pagar referentes a 2021 **RS13.056.226,85** mais **RS296.137,38** de RAP (Restos a Pagar Processados) remanescentes de 2020.
- c) RAP – Receitas de RAP (provisão) – Montante dos RAPs provisionados para realização em 2022.

2.3. Estoques - Avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao valor de reposição ou de mercado.

Composição em:	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
• Materiais de Consumo	35.693,64	35.693,64
• Aerador 1.0 CV, Monofásico	57.195,00	282.285,00
• Aerador 1.5 CV, Monofásico	0,00	-15.015,00
• Aerador 1.5 CV, Trifásico	29.925,00	59.850,00
• Caixa Forte de Papelão	2.573.899,39	3.106.780,39
• Saco de Rafia 70x100cm	43.226,40	116.523,56
• Saco de Rafia 50x80cm	12.000,00	56.726,00
• Ecobag	<u>26.200,00</u>	<u>26.200,00</u>
Soma dos Estoques	<u>2.778.139,43</u>	<u>3.669.043,59</u>

2.4. Tributos a Recuperar – Tributos pagos nas operações normais da empresa, os quais poderão ser utilizados para abater débitos tributários da mesma natureza.

Composição em:	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRR a Recuperar	4.688,03	2.786,77
ICMS a Recuperar	<u>80.787,16</u>	<u>157.904,38</u>
Soma dos Tributos a Recuperar	<u>85.475,19</u>	<u>160.691,15</u>

2.5. Imobilizado: Bens adquiridos com recursos próprios e/ou por doação. Estão representados ao custo de aquisição ou construção. São depreciados pelo método linear em consonância com sua vida útil e com as taxas admissíveis pela Receita Federal do Brasil, sendo:

Composição em:	<u>VALOR DO PRINCIPAL</u>		%	<u>DEPRECIACÃO ACUMULADA</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imóveis	399.999,98	399.999,98	4%	128.000,00	0,00
Bens Transferidos da Afloram	0,00	173.466,77	-	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	899.476,91	899.476,91	10%	899.476,91	899.476,91
Veículos	57.990,00	57.990,00	20%	57.990,00	57.990,00
Instalações	53.418,08	53.418,08	10%	53.418,08	53.418,06
Móveis e utensílios	648.394,22	642.903,22	10%	337.071,09	272.780,77
Computadores e periféricos	483.043,05	190.046,15	20%	230.283,96	149.382,17
Embarcações	187.632,38	187.632,38	5%	187.632,38	178.006,00
Central de comunicação	<u>6.882,54</u>	<u>6.882,54</u>	20%	<u>6.882,54</u>	<u>6.882,54</u>
a) Imobilizado	<u>2.736.837,16</u>	<u>2.611.816,03</u>		<u>1.900.754,96</u>	<u>1.617.936,45</u>

Dr. João de
Mello





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

2.6. Provisão de Férias e os Encargos – R\$347.963,22 (em 2020: R\$0,00) – Provisão de férias calculada até a data do balanço, e os correspondentes encargos trabalhistas com INSS e FGTS.

2.7. Resultado do Exercício – As receitas e despesas estão apropriadas no resultado do exercício, independentemente do respectivo recebimento ou pagamento, em conformidade com o princípio de competência de exercícios.

2.8. Receitas de Serviços – Composição

- Comissões
- Taxas
- Contrapartida Onerosa

<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
1.334.693,18	671.976,88
269.870,25	197.448,66
<u>272.517,05</u>	<u>674.416,15</u>

Soma dos Tributos a Recuperar

1.877.080,48 1.543.841,69

2.9. Tributos sobre Receitas – Composição

- ICMS
- PIS
- COFINS

<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
77.117,22	339.970,53
31.214,32	25.643,35
<u>144.048,16</u>	<u>118.247,31</u>

Soma dos Tributos a Recuperar

252.379,70 483.861,19

2.10. Despesas Gerais e Administrativas – Composição:

- Material de Consumo
- Material de Expediente
- Telefone
- Serviços de Pessoas Físicas
- Serviços de Pessoas Jurídicas
- Conservação e Manutenção
- Despesas Judiciais
- Despesas de Aluguel
- Publicações
- Cestas Alimentícias
- Indenizações Trabalhistas
- Outras Contas de Despesas

<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
133.086,18	176.320,01
29.563,06	3.519,58
26.594,33	0,00
21.447,82	152.814,50
278.394,27	115.311,42
116.088,16	31.289,58
68.532,89	151.038,24
13.431,86	0,00
132.986,48	1.310,00
46.189,60	0,00
65.372,37	12.089,36
<u>28.209,89</u>	<u>44.788,56</u>

Despesas Gerais e Administrativas

959.896,91 688.481,25

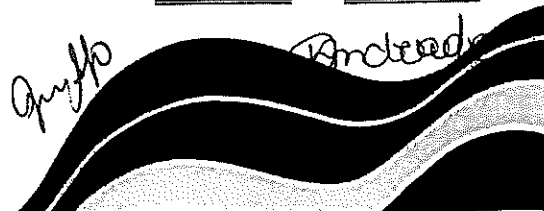
2.11. Despesas Trabalhistas – Composição:

- Salários de Servidores
- FGTS
- INSS de Segurados
- INSS Patronal
- INSS de Outras Entidades
- Auxílio Alimentação
- Indenizações e Restituições
- Indenizações Trabalhistas
- Outras Contas de Despesas Trabalhistas

<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
3.431.516,94	3.301.547,83
119.624,59	57.963,56
291.873,50	307.943,66
945.633,47	713.594,17
444.498,24	182.241,63
361.500,00	90.000,00
89.170,29	12.472,46
114.940,49	162.114,71
<u>1.980,79</u>	<u>723,94</u>

Despesas Trabalhistas

5.800.738,31 4.828.601,96





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

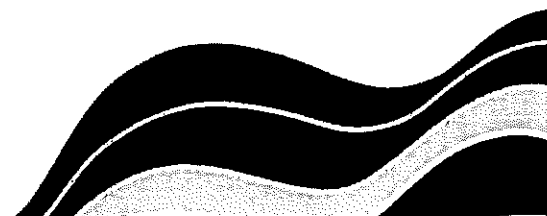
2.12. Custeio da Atividade Fim

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
• Material de distribuição gratuita	58.705.585,70	11.912.729,76
• Serviços de terceiros pessoas físicas	17.708,44	23.400,00
• Serviços de terceiros pessoas jurídicas	24.049.240,59	28.710.165,06
• Locação de máquinas e equipamento	13.205.664,72	1.706.198,25
• Equipamentos e materiais permanentes	7.858.173,79	5.999.330,85
• Pessoal requisitado de outros entes	3.618.605,85	14.785,77
• Material de consumo	2.977.602,29	7.347.281,68
• Subvenção juta e malva	2.982.679,32	3.635.777,16
• Locação de veículos	1.105.401,71	365.310,00
• Subvenção pirarucu	1.086.049,60	0,00
• Passagens e despesas com locomoção	645.152,18	199.749,93
• Diárias de viagens e estadias	209.032,16	48.833,00
• Consultoria	234.973,67	61.978,80
• Despesas de exercícios anteriores	0,00	819.792,83
• Subvenção da borracha	163.167,00	0,00
• Outras contas de custeio	<u>2.647,95</u>	<u>33.463,21</u>
Custeio da Atividade Fim	<u>116.861.684,97</u>	<u>60.878.796,30</u>


Georgia Isabela Portela Araujo
Dir. de Adm. e Finanças


Deuzarina Tavares de Andrade
Contadora CRC-AM-012307/O-8


Michelle Macedo Bessa
Presidente





AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS-ADS

CONSELHO FISCAL


PARECER


O Conselho Fiscal no uso de suas atribuições que lhe conferem a seção II, art. 8º, inciso III do Regimento Interno da Agência de Desenvolvimento do Estado do Amazonas-ADS, aprovado pela Lei Delegada nº 118, de 18 maio de 2007, resolve:

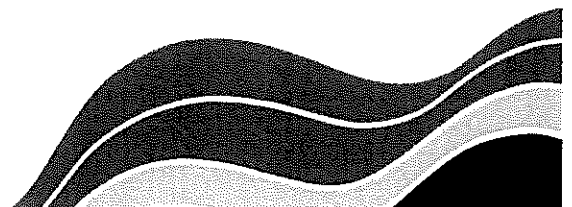
Ratificar as evidências que suportam os valores registrados e divulgados, considerar coerente e fidedignas as demonstrações contábeis referente ao exercício do ano 2021 (dois mil vinte e um) e manifestar-se favorável à aprovação

Manaus, 18 de abril de 2022.


Maria Edineiza Oliveira
Damasceno
MEMBRO
DO CONSELHO


Maria Neblina Marães
MEMBRO
DO CONSELHO


Natália Lima de Almeida
MEMBRO
DO CONSELHO



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2021

Aos

DD. PRESIDENTE E CONSELHEIROS DA

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS (CNPJ: 05.867.581/0001-87)

Opinião com ressalva

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS**, que compreendem o balanço patrimonial encerrado em **31 de dezembro de 2021** e as correspondentes demonstrações: do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo nessa data, assim como as principais práticas contábeis e notas explicativas.
2. Não examinamos e não opinamos sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, cujos valores são apresentados para fins comparativos, as quais foram examinadas por outros auditores que, por sua vez, apresentaram opinião com ressalva decorrente dos seguintes aspectos:
 - a) Impossibilidade de exame dos estoques no valor de **R\$3.669.043,59**;
 - b) Bens imóveis e bens Afloram no total de **R\$573.466,75**, não depreciados;
 - c) CSLL e do IRPJ no valor de **R\$2.040.325,00**, sobre o lucro, não provisionados;
 - d) Ajustes de exercícios anteriores de **R\$819.792,83**, em desacordo ao CPC 23.
3. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos tratados no item seguinte denominado "**base para opinião com ressalva**", as demonstrações contábeis acima citadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. **Base para opinião com ressalva**

Decorre basicamente da inexecução de controles internos que pudessem apresentar registro histórico das adições, das baixas e dos saldos dos itens de **estoques** e de **bens imobilizados**, discriminados respectivamente nas **Notas Explicativas 2.3** e **2.5** que, a qualquer tempo, permitissem a adequada e suficiente identificação, quantificação e valoração desses ativos, no montante de **R\$5.514.976,59**, e sua comparabilidade com os saldos contábeis, sendo estes itens bastante representativos do patrimônio da entidade em 31 de dezembro de 2021 (**28,43%** do ativo total, e **100,36%** do patrimônio líquido), gerando alto grau de incerteza quanto aos saldos, no balanço, dos citados ativos; tornando, portanto, impraticável estimar os possíveis efeitos daí decorrentes, tanto no **resultado** quanto no **patrimônio líquido** da entidade. Somem-se, ainda, os seguintes aspectos:

 - a) Termos sido contratados após 31 de dezembro de 2021, portanto não nos foi possível acompanhar o inventário dos estoques nessa data;
 - b) a ADS não ter efetuado contagem física dos estoques nessa data;
 - c) Os controles internos não permitirem, em tais circunstâncias, procedimentos alternativos de auditoria.

5. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consoante com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pela prática de controles internos suficientes e eficazes capazes de permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente de fraude ou erro.

6. Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, nós exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos se há riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ADS.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ADS. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela ADS a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria.

Manaus-AM, 14 de abril de 2022


Flávio Andrade de Souza – Contador CRC-AM-1928
Souza Auditores Independentes SLU – CRC-AM-147